



# BOLETIM INFORMATIVO

Março de 2005

## EDITORIAL

### O PROGRAMA DO GOVERNO (sector agro-rural)

À parte alguns objectivos específicos com os quais a CNA concorda, no “Programa do Governo” há linhas de orientação contraditórias umas em relação às outras, fundamentalmente naquilo que diz respeito à manutenção e promoção da Agricultura Familiar, respeitadora do ambiente e produtora de alimentos de qualidade – **contra** (*versus*) – uma agricultura e floresta intensivas, numa dinâmica dita de “aumento da competitividade”...

Tudo isto num quadro de aceitação – como fatalidades – das principais imposições da PAC, Política Agrícola Comum e da OMC, Organização Mundial do Comércio.

#### SECA PROLONGADA EXIGE MEDIDAS ESPECIAIS DE APOIO

A nosso ver, o problema da Seca, e dos enormes e continuados prejuízos que acarreta, é um problema estratégico a exigir intervenções integradas e de alcance também ele estratégico.

Perante tal situação, a CNA mais uma vez reclama ao Governo que inclua verbas suficientes para acudir aos prejuízos da Seca prolongada, já no Orçamento de Estado “rectificativo”, 2005, e com continuidade no Orçamento de Estado para 2006.

E como medidas “especiais” de apoio, clarifique-se, não bastam os já tradicionais “adiantamentos” das ajudas da PAC e as linhas de crédito (pouco) bonificadas...

Nem sequer basta já a atribuição da ajuda “nacional” (chamada *minimis*) que pode ir aos 3000 euros... A situação é de tal ordem que vai exigir mais! E vai exigir também um plano estratégico - nacional - para a gestão da água.

Para o efeito, o Governo não deve “refugiar-se” no argumento da falta de aprovação “prévia” de tais apoios por parte da União Europeia. Pelo contrário:- compete ao Governo Português fazer com que a União Europeia aprove esses apoios especiais !...

O Executivo da Direcção Nacional da CNA

#### DESTAQUE

- ❑ Programa de Acompanhamento e Mitigação dos Efeitos da Seca 2005
- ❑ Ministro da Agricultura reúne com OA's
- ❑ Abaixo-Assinado / Petição por outra aplicação da PAC

#### CADERNO TÉCNICO

- ❑ Febre Catarral Ovina - Língua Azul

Dossier Técnico no âmbito da Medida 10 do Programa Agro

## Programa de Acompanhamento e Mitigação dos Efeitos da Seca 2005

*Por José Miguel*

Em reunião de Conselho de Ministros que teve lugar a 31 deste mês, o Governo aprovou o “Programa de Acompanhamento e Mitigação dos Efeitos da Seca 2005”, que visa a criação dos mecanismos necessários ao acompanhamento da evolução da situação e à coordenação das medidas que venham a ser implementadas.

Nesta resolução é criada uma “Comissão para Seca 2005”, constituída por diversas entidades, com a orientação política do Secretário de Estado do Ambiente e coordenação do INAG.

Para além disso, a resolução adopta algumas medidas, quase todas elas com vista ao uso eficiente da água, entre elas o “estabelecimento de restrições de captação de água para rega de culturas agrícolas não permanentes em albufeiras ou aquíferos em situação de escassez”.

Em relação a medidas de apoio aos agricultores afectados pela seca, nada de novo,

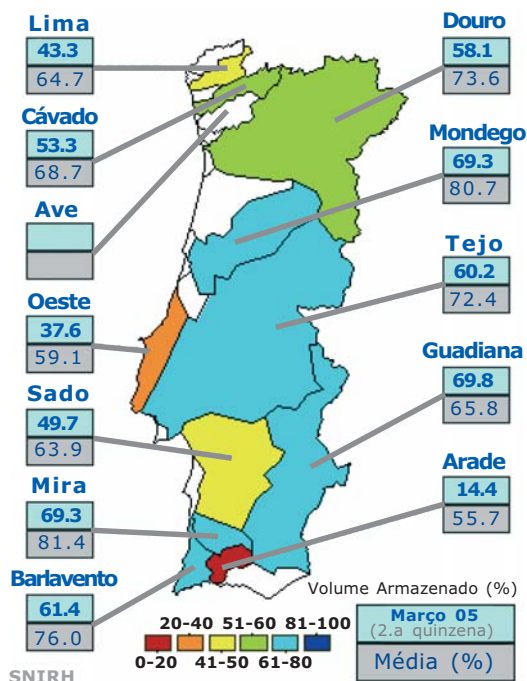
continuando as mesmas a escassear tal como a água.

Ainda neste Conselho de Ministros foi divulgado o relatório quinzenal sobre a evolução da seca (pode ser consultado em [www.inag.pt](http://www.inag.pt)), sendo o ponto de situação do armazenamento das albufeiras, a 31 de Março, aquele que pode ser observado no mapa 1, que nos dá a % da capacidade de armazenamento utilizada comparativamente com aquilo que tem sido a média dos anos anteriores para igual período.

No Mapa 2 podemos observar as diferenças de precipitação acumulada durante o período de 1 de Outubro de 2004 e 31 de Março de 2005 e aquela que é a média dos anos de 1961 a 1990 para os mesmos meses.

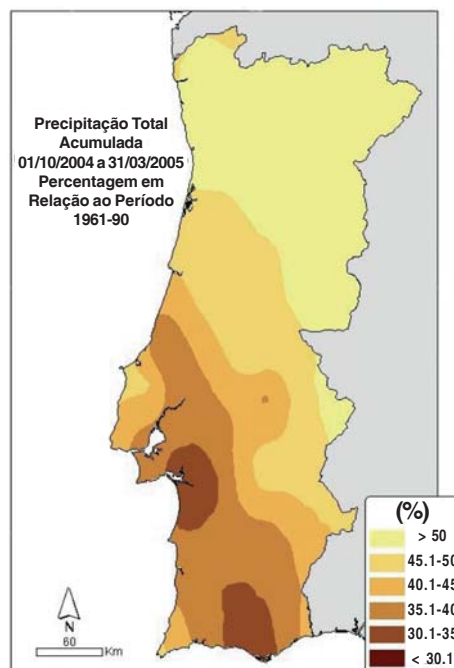
Podemos observar no mesmo mapa, que em mais de metade do território nacional choveu menos de 50% em relação àquela que é a média.

**MAPA 1 - Percentagem da capacidade de Armazenamento utilizada (Albufeiras)**



Fonte: INAG

**MAPA 2 - Percentagem de Precipitação Acumulada desde 01/10/2004 em relação à média**



Fonte: INAG

## Reunião da Direcção Nacional da CNA

A Direcção Nacional da CNA reuniu no passado dia 13 de Março, na sede da Confederação, em Coimbra.

Neste encontro discutiu-se a situação da Agricultura e as iniciativas, da CNA, em agenda, tais como, o “Abaixo-Assinado/Petição - Por outra aplicação da PAC em Portugal” e as iniciativas junto da nova Assembleia da República e do novo Governo. Foi ainda decidida a data e organização da próxima Assembleia Geral da CNA; divulgou-se a constituição de Departamentos da CNA; e falou-se nos habituais Protocolos e Projectos Institucionais.



## Ministro da Agricultura reúne com Organizações Agrícolas

O Ministro da Agricultura convocou, para o passado dia 17 de Março, uma reunião com as Organizações Agrícolas (OA's) portuguesas. Da parte do ministério esteve presente o próprio Ministro da Agricultura com os seus Secretários de Estado e Chefes de Gabinete. As OA's presentes foram a CNA, a Confagri, a CAP e a AJAP.

Inicialmente, o Sr. Ministro referiu a importância que atribui às OA's dizendo que privilegia o diálogo com elas. Como tal, anunciou que posteriormente convocará outras reuniões para discutir, na prática, outros assuntos.

A recente situação de seca que atinge o nosso País foi dos assuntos com maior destaque. Todas as OA's demonstraram a sua preocupação e descontentamento e apresentaram propostas.

A CNA entregou, ao Sr. Ministro, um documento com o levantamento da situação da seca. Este documento teve como base um diagnóstico que a CNA e as suas Associadas estão a fazer desde Janeiro, região a região. Neste conclui-se que a situação é diferente entre regiões, mas todas têm problemas.

O Sr. Ministro deixou clara a preocupação do Governo em relação a este tema.

A representar a CNA estiveram Roberto Mileu, Armando de Carvalho, José Manuel Lobato, Amândio Freitas e Berta Santos.

A CNA fez votos para um bom relacionamento institucional e disponibilizou-se para uma colaboração construtiva, mas crítica, sempre que seja caso disso.

## “Abaixo-Assinado / Petição por outra aplicação da PAC em Portugal”

A CNA lançou no início deste ano, 2005, um “Abaixo-Assinado / Petição por outra aplicação da PAC em Portugal”.

Destinado aos Órgãos de Soberania e com posterior entrega na Assembleia da República, neste “abaixo-assinado / petição” a CNA

reafirma que a aplicação desta Política Agrícola Comum não serve a Agricultura e os Agricultores Portugueses. Em causa estão a precipitada aplicação do “Regime de Pagamento Único - RPU”, a não regionalização das Ajudas e a constante baixa dos preços à Produção.

## Os novos responsáveis pelo Ministério da Agricultura

Tomaram posse no mês de Março o novo Ministro da Agricultura e os dois Secretários de Estado sendo eles:

### **Ministro da Agricultura**

*Jaime de Jesus Lopes Silva (51 anos)*

- Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia da Universidade de Lisboa;
- Quadro Superior do Ministério da Agricultura entre 1977-1994;
- Coordenação das Negociações Comerciais, Bilaterais e Multilaterais no domínio Agro-Industrial entre 1994-2005;
- Conselheiro Principal na Representação Permanente de Portugal na União Europeia (Bruxelas) entre 2001-2002;
- Foi ainda Administrador Principal na Direcção Geral de Empresas e Indústria da Comissão Europeia e Porta-voz no Comité Especial de

Agricultura do Conselho de Ministros da Agricultura.

### **Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas**

*Ruí Nobre Gonçalves (44 anos)*

- Foi Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado do Ambiente;
- Foi Ministro-Adjunto no primeiro Governo de António Guterres;
- Foi Secretário de Estado do Ambiente;
- Um dos fundadores da Empresa de Consultoria Ambiental – ECOSSISTEMA.

### **Secretário de Estado Adjunto da Agricultura e das Pescas**

*Luís Medeiros Vieira*

- Foi Secretário de Estado da Modernização Agrícola e Modernização Alimentar entre 1998 e 1999, reassumindo o cargo entre 1999 e 2002.

## Pequenos Agricultores estão no grupo dos mais atingidos pela pobreza

Durante o V Congresso da Associação Cais que decorreu nos passados dias 13 e 14 de Março e que teve por tema “Economia para todos”, foram avançados alguns dados sobre a pobreza em Portugal.



O economista Rogério Amaro referiu que a pobreza em Portugal deve atingir mais de dois milhões de Portugueses e que nos grupos mais atingidos se encontram os pequenos agricultores, ao lado dos idosos com pensões baixas, dos desempregados de longa duração, minorias étnicas, entre outros.

O Presidente da República, Jorge Sampaio, que também esteve presente, questionou sobre o destino dos fundos estruturais que Portugal tem recebido quase ao longo de duas décadas e da sua contribuição para a resolução destes problemas.

# Febre Catarral Ovina - Língua Azul -

Por Inês Amaro



Neste artigo entendemos abordar o tema, visto o nosso país estar a “braços” com o vírus da Língua Azul. Faremos uma breve exposição à cerca da doença nomeadamente, da sua caracterização, diagnóstico, prevenção, controlo e tratamento.

## Definição da doença

A Língua Azul ou Febre Catarral Ovina é uma doença viral transmissível, cujos vectores são hematófagos do género *culicoides* “mosquito-pólvora” que afecta os ruminantes domésticos e selvagens. A transmissão da doença é feita exclusivamente pela picada do mosquito, após a ingestão de sangue contendo vírus, o sangue acumula-se na parede do intestino médio do mosquito, onde o vírus se multiplica neste e em outros tecidos do insecto, incluindo as glândulas salivares sendo assim transmitido ao hospedeiro ruminante quando o mosquito se alimenta. O vírus depende dos mosquitos para se manter na natureza, o clima é o principal factor de risco, já que os *culicoides* requerem calor e humidade, para se reproduzirem, bem como clima húmido quente e calmo, para se alimentarem.

Caracteriza-se por estomatite catarral, rinite, enterite e claudicação devida à inflamação das bandas coronárias e das lâminas sensorias dos cascos.

A primeira descrição da enfermidade foi feita na África do Sul no ano de 1876 e foi denominada, por Hurtcheon em 1881, “Epizootia catarral das ovelhas” (Erasmus, 1975). A sintomatologia clínica observada nos ruminantes caracteriza-se principalmente por: inflamação e congestão das mucosas, cianose, edema e ulceração.

A infecção ocorre num grande número de animais, mas a doença significativa ocorre nos ovinos. Os bovinos são os principais hospedeiros reservatórios para os ovinos.

Nos Bovinos a maioria das infecções é inaparente, embora poucos animais possam desenvolver uma síndrome clínica não diferente da observada nos ovinos. Os sinais clínicos registados são: febre (40-41°C), rigidez e laminite nos quatro membros, salivação excessiva, edema dos lábios, inapetência, corrimento nasal e hálito fétido.

Sob condições naturais, a infecção ocorre nos ovinos e bovinos, mas também é registada

nos alces, camelos, e outros ruminantes selvagens. A infecção natural raramente ocorre nos caprinos, mas a infecção pode ser transmitida experimentalmente (Parsonson, 1990).



## Diagnóstico Laboratorial

O diagnóstico específico pode ser feito pelo isolamento do vírus, detecção do antígeno viral ou do ácido nucléico como pela detecção de anticorpos específicos no soro. Os exames sorológicos podem detectar a exposição anterior ao VLA, mas não conseguem estabelecer se o animal é virémico, o que se torna importante para a tomada de decisão de movimentação dos Bovinos.

Os testes ELISA e RT-PCR são os testes mais comuns, o primeiro por ser mais sensível na detecção dos anticorpos e o segundo por ser mais rápido no isolamento.

## Prevenção e Controlo

As medidas de controlo para a Língua Azul baseiam-se na acção sobre o vector, uso de quarentena, na vacinação e nas barreiras criadas para evitar a movimentação de animais e de Sémén, óvulos/embriões e materiais patológicos contaminados.

Controlo por meio de redução da infecção consistem em reduzir o risco de exposição a *Culicoides* infectados para prevenir a disseminação da doença e reduzir o número de *Culicoides*.

A redução do risco de exposição é feita pulverizando os bovinos e ovinos com repelentes e insecticidas, e confinando os ovinos à noite. A pulverização não é prática e apresenta apenas efeito a curto prazo.

A vacinação é o único procedimento de controlo satisfatório, a vacina não elimina a infecção, mas é bem sucedida. A revacinação anual um mês antes da ocorrência esperada da doença é recomendada. A imunidade está presente 10 dias após a vacinação.

## Tratamento

Pulverizações locais com soluções desinfectantes suaves que podem proporcionar certo alívio. Os ovinos infectados devem ser confinados e protegidos do clima, particularmente do solo quente, devem ser administrados líquidos assim como tratamento para controlar a infecção.

Depois da nota introdutória à cerca da doença, passamos a fazer uma breve resenha da evolução da doença no nosso País desde os últimos cinquenta anos até aos nossos dias.

Em Portugal, ocorreu um foco de Língua Azul em 1959, depois desta data não foi registada qualquer ocorrência nos últimos anos até Novembro de 2004.

No entanto, no dia 13 de Outubro de 2004, as Autoridades Veterinárias Espanholas comunicaram oficialmente a suspeita de Língua Azul no Território Continental Espanhol, mais exactamente na província de Cádiz.

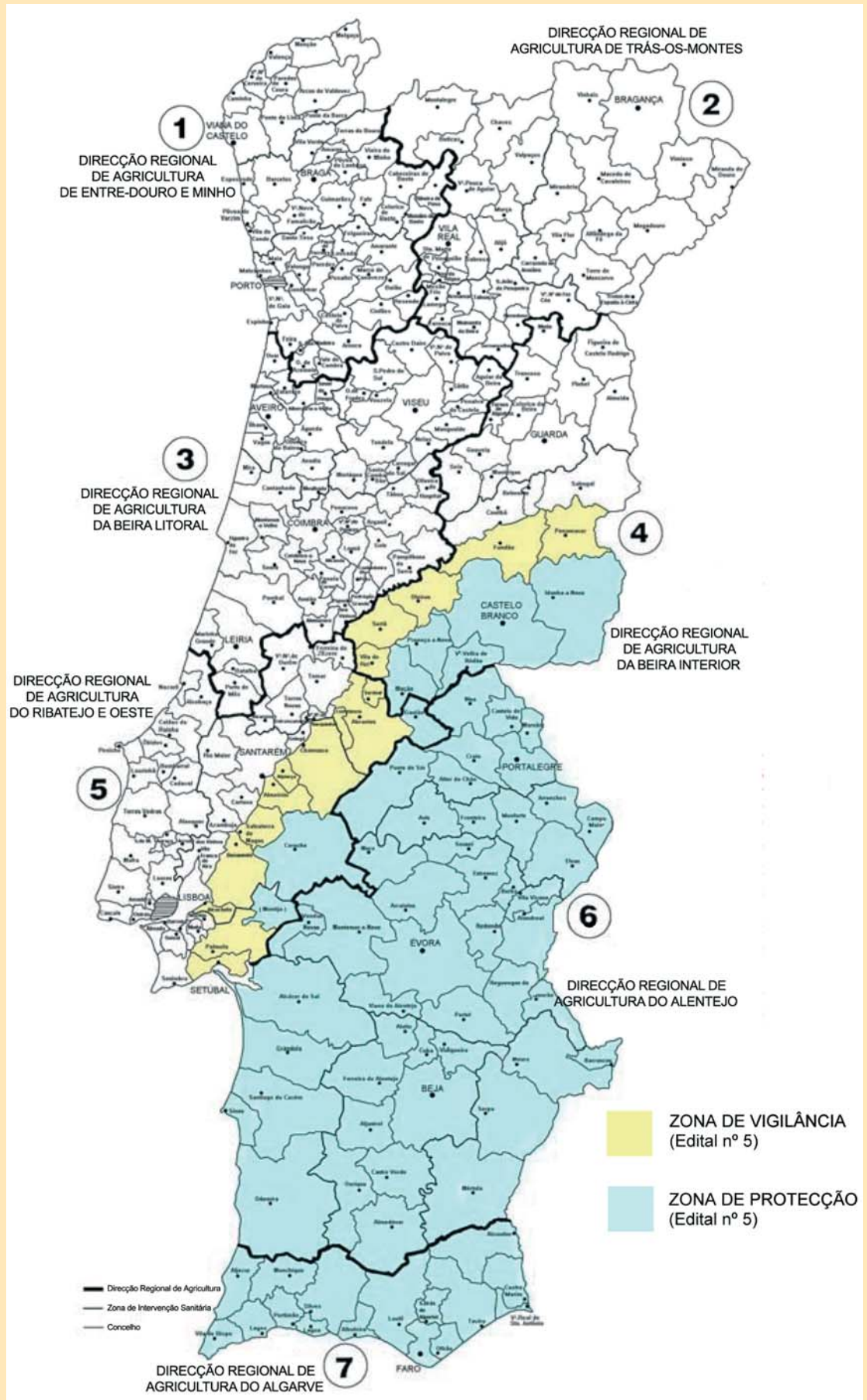
Na sequência da comunicação foi determinada uma zona de protecção e vigilância num raio de 100 e 150 Km respectivamente, à volta da zona suspeita. Esta Zona abrangeu o território nacional. A autoridade veterinária competente nacional, a Direcção Geral de Veterinária, adoptou algumas medidas, nomeadamente vigilância no trânsito animal proveniente das zonas suspeitas e implementou um programa de vigilância Sorológica e Entomológica.

Mas, a situação no território Espanhol progrediu, e foi declarada a presença da doença nas províncias de Badajoz e Cáceres, em 21 de Outubro de 2004.

De imediato, a DGV accionou os procedimentos previstos no Decreto-Lei 146/2002, de 21 de Maio, bem como na Decisão da Comissão 2003/828/CE, de 25 de Novembro no que respeita às zonas de protecção e de vigilância relativas à Febre Catarral Ovina. Os procedimentos tomados foram publicados e divulgados através do Edital n.º 1/DGV de 25 de Outubro de 2004, no qual foram definidas as zonas de Protecção e Vigilância.

Também no nosso país a situação evolui e os primeiros focos foram notificados oficialmente aos Organismos Internacionais Competentes, nomeadamente à Comissão Europeia e ao *Office International des Epizooties*- OIE. Face a esta situação foi então publicado o Edital n.º 2/DGV de 24 de Novembro de 2004 definindo a área sujeita a restrições e proibida a circulação de animais das espécies sensíveis para explorações em vida e centros de agrupamento, dentro da área sujeita a restrições.

## MAPA 1



Fonte: Direcção Geral de Veterinária

Posteriormente, foram detectadas novos focos da doença. Um destes focos veio a situar-se no Concelho de Idanha-a-Nova, na Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior, o que levou ao alargamento da área sujeita a restrições e por conseguinte à publicação do Edital n.º 3/DGV, de 13 de Dezembro de 2004.

Em 11 de Janeiro de 2005 é publicado o Edital n.º 4/DGV, tendo em conta, as condições meteorológicas actuais não são favoráveis ao desenvolvimento do vector, não tendo surgido casos clínicos, o controlo do vector indica que não há circulação do vector e os indicadores epidemiológicos terem sido favoráveis foram alteradas algumas condicionantes na movimentação animal na área sujeita a restrições.

Dadas as condições climatéricas e de ausência de circulação do vector e de condições favoráveis à realização da vacinação, foi publicado o Edital n.º 5/DGV a 4/2/2005, que redefine zonas de protecção e de vigilância (MAPA 1), com restrições adaptadas a cada uma, bem como estabelece a obrigatoriedade de vacinação dos ovinos pertencentes a explorações situadas na zona de protecção e define os requisitos para movimentação animal que transcrevemos a seguir.

### Requisitos para Movimentação Animal

→ Requisitos gerais (observações clínicas dos animais, desinsectização e selagem dos veículos de transporte, período para o transporte, desinsectização dos animais e locais de permanência).

→ Movimentação de animais não vacinados para explorações em vida:

1. Para outros Estados-Membros – com autorização do Estado-Membro de destino e cumprimento da Decisão 2003/828/CE de 25 de Novembro.

2. Da zona de protecção ou vigilância para a zona livre:

- Cumprimento dos requisitos gerais;
- Exploração de destino exclusivamente para engorda (e depois para abate);
- Movimentação autorizada pela Direcção Regional de Agricultura de destino;
- Animais nascidos após 16 de Dezembro de 2004 devem fazer um teste individual de pré-movimentação com resultado negativo à técnica de ELISA. Se o resultado ao teste for positivo, deverão ser submetidos a um teste com resultado negativo à técnica de RT-PCR;
- Os animais deverão ser movimentados nos quinze dias posteriores à colheita;
- Os animais devem ostentar marcação no passaporte individual (bovinos) ou no passaporte de rebanho ou seu destacável (caprinos).

3. Dentro da zona de protecção ou vigilância:

- Cumprimento dos requisitos gerais;
- No caso de movimentação para reprodução, caso as explorações estejam situadas em Direcções Regionais de Agricultura distintas ou com origem na zona de protecção e destinadas à zona de vigilância, deverá ser efectuado o teste de pré-movimentação individual.



- Movimentação de animais para abate:
  - Cumprimento dos requisitos gerais;
  - Desinsectização dos veículos após a descarga, no caso dos matadouros estarem situados na zona de protecção e de vigilância.
- Movimentação de touros de lide:
  - Autorizada com cumprimento dos requisitos gerais e desinsectização dos locais de origem e destino;
  - Envio directo para o matadouro após serem lidados.
- Movimentação dos animais vacinados para exploração em vida:
  - Cumprimento dos requisitos gerais;
  - No mínimo 30 dias após a vacinação;
  - Apenas dentro da zona de protecção.



## Vacinação

A vacinação está a decorrer sendo obrigatória para efectivos ovinos existentes na zona de protecção, a cargo das Organizações de Produtores Pecuários (OPP's), dando prioridade às explorações da zona raiana e do limite noroeste da zona de protecção. Os animais vacinados são identificados com uma marca auricular oficial (um botão) de cor amarela, estima-se que venham a ser vacinados cerca de 2 milhões de animais e que o processo esteja concluído até meados do mês de Abril de 2005.

Todos os custos implicados desde a vacina, a vacinação, os testes sorológicos e colheitas de sangue para a movimentação dos animais estão salvaguardados.

Foi aprovado, em 17 de Fevereiro de 2005, por despacho do Senhor Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação, o pagamento às Organizações de Produtores Pecuários (OPP's) das acções de identificação individual de todos os animais vacinados e dos custos administrativos inerentes ao processamento dos documentos de suporte da campanha de vacinação e do lançamento dos resultados dos testes de pré-movimentação. Sendo estes custos suportados pelas verbas do PIDDAC da Direcção Geral de Veterinária.

Quadro 1 – Vacinação

DRA	CENSO DOS OVINOS NA ZONA DE PROTECÇÃO		VACINAÇÕES	
	EXPLORAÇÕES	ANIMAIS	EXPLORAÇÕES	ANIMAIS
Beira Interior	1.432	190.000	118	12.131
Ribatejo e Oeste	314	22.979	6	1.177
Alentejo	8.395	1.251.704	1.586	248.829
Algarve	1.001	53.758	35	2.604
<b>TOTAL</b>	<b>11.142</b>	<b>1.518.441</b>	<b>1.745</b>	<b>264.741</b>

Fonte: Direcção Geral de Veterinária



Foi assinado um acordo entre as autoridades Sanitárias competentes de Portugal e de Espanha relativo a determinadas condições na movimentação animal das espécies sensíveis à Língua Azul entre zonas restritas e sazonalmente livres.

Passamos a transcrever as **Condições mínimas para a movimentação de animais das espécies sensíveis à Língua Azul entre as zonas sazonalmente livres de Espanha e Portugal durante os meses de Fevereiro e Março.**

### 1- Movimentação de animais com destino a abate

Toda a movimentação para abate de animais das espécies sensíveis provenientes de explorações localizadas na zona restrita sazonalmente livre do outro país, far-se-á segundo o cumprimento dos seguintes requisitos mínimos:

- Será enviado pré-aviso (48 horas) às autoridades veterinárias de destino dos animais.
- Os animais a transportar deverão estar isentos de sinais clínicos de Língua Azul, no dia do embarque.
- Os veículos de transporte deverão ser

desinfectados antes do embarque e devidamente selados pela autoridade competente.

O carregamento e o transporte dos animais deverá ser preferencialmente efectuado durante as horas centrais do dia ou da noite e sempre fora das horas de máxima actividade do vector.

Os animais serão transportados para abate imediato em matadouro sob controle oficial, estando proibida a movimentação dos animais a pé. O inspector sanitário responsável pelo matadouro será informado da expedição dos animais e comunicará a sua chegada à autoridade responsável pela sua expedição.

Quanto à movimentação de touros de lide, deverá ser enviado aviso prévio à autoridade sanitária do local de destino dos animais. Após a lide, todos os animais deverão ser abatidos na praça de touros do local de destino. Os animais serão separados à chegada em currais fechados, até ao momento da lide.

Segundo o estipulado no presente acordo, a movimentação de touros de lide dentro das zonas sazonalmente livres, dos dois países, com destino a espectáculos tauromáquicos classificados como corridas de touros e novilhadas, deverão seguir as mesmas normas que foram estabelecidas para a movimentação animal com destino a abate em matadouro.

## 2- Trânsito para exploração em vida de animais com destino a engorda, entre Regiões sazonalmente livres

O trânsito de animais em vida das espécies sensíveis entre explorações situadas em zona restrita sazonalmente livre dos dois Estados Membros, cumprirá os seguintes requisitos:

Será enviado pré-aviso (48 horas) às autoridades veterinárias de destino dos animais.

Os animais a transportar deverão estar isentos de sinais clínicos de Língua Azul, no dia do embarque.

Os veículos de transporte devem ser desinsectizados antes do embarque e devidamente selados pela autoridade competente.

O carregamento e o transporte dos animais deverá ser preferencialmente efectuado durante as horas centrais do dia ou da noite e sempre fora das horas de máxima actividade do vector.

Os animais a transportar serão obrigatoriamente submetidos a um teste de pré-movimentação pelo método de ELISA ou RT-PCR com resultados negativos. A movimentação deve ocorrer nos 15 dias posteriores à colheita de sangue, que deverá ser efectuada sob controlo oficial.

Os animais devem ser transportados directamente para a exploração de engorda de destino, tendo posteriormente como única movimentação possível o envio para abate em matadouro.

No certificado sanitário, ou como anexo ao mesmo, deverá constar, além da identificação dos animais a transportar, nos casos em que esta seja necessária, a documentação referente à vacinação, data da mesma e prova dos resultados das análises laboratoriais efectuadas, tipo de análises, data da colheita de amostras e documento comprovativo da desinsectização dos veículos de transporte, bem como a identificação do selo do meio de transporte.



## 3- Movimentação de animais para exploração em vida que não tenha como destino a engorda, ou com origem em zona não sazonalmente livre

- Devem ser cumpridas todas as Normas constantes da Decisão 2003/828/CE.

4- Movimentação de animais para exploração em vida ou para abate provenientes das zonas restritas de um país com destino a zonas livres do outro País.

- Devem ser cumpridas todas as Normas constantes da Decisão 2003/828/CE.

5- Movimentação de animais para exploração em vida ou abate entre zonas livres de ambos os Países.

- Não existem restrições à circulação devido à Língua Azul.

**Fonte:** Direcção Geral de Veterinária



# CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA

## PLANO DE FORMAÇÃO - 1º SEMESTRE 2005

Destinado a Dirigentes Associativos, Quadros Técnicos e Administrativos

ACÇÃO DE FORMAÇÃO	N.º Horas	Local de Realização	Período de Realização	Destinatários	Horário	Condições Necessárias
Gestão Financeira da Formação	14	Coimbra	13 a 14 de Janeiro	Dirigentes/Técnicos	Laboral	Escolaridade Min. Obrig
Pecuária Biológica de Produção de Bovinos	35	Coimbra	17 a 21 de Janeiro	Técnicos	Laboral	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados
Produção Integrada da Cultura da Oliveira	140	Mirandela	17 Jan. a 19 Fev.	Técnicos	Misto	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados
Processo de Acreditação do IQF	21	Coimbra	26 a 28 de Janeiro	Técnicos	Laboral	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados
Novo Quadro Comunitário	14	Coimbra	4 e 5 de Fevereiro	Dirigentes/Técnicos	Misto	Escolaridade Min. Obrig
Pecuária Biológica de Produção de Ovinos e Caprinos	35	Coimbra	7 a 11 de Fevereiro	Técnicos	Laboral	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados
Cartografia	35	Viana do Castelo	7 a 25 de Fevereiro	Técnicos	Pós-Laboral	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados
Formação Pedagógica de Formadores	108	Aveiro	7 a 28 de Fevereiro	Técnicos	Laboral	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados
Formação Pedagógica Contínua de Formadores	60	Coimbra	21 Fev. a 11 Março	Técnicos	Laboral	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados
Desenvolvimento Rural	10	Viseu	4 e 5 de Março	Dirigentes/Técnicos	Misto	Escolaridade Min. Obrig
Gestão Florestal Sustentável	14	Coimbra	18 e 19 de Março	Dirigentes/Técnicos	Misto	Escolaridade Min. Obrig
Operacionalização da Formação	70	Coimbra	14 Março a 22 Abr.	Técnicos	Laboral	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados
Sensibilização de formação e-learning	14	Coimbra	15 e 16 de Abril	Dirigentes/Técnicos	Misto	Escolaridade Min. Obrig
Produção Integrada de Hortícolas	154	Coimbra	26 Abril a 15 Junho	Técnicos	Laboral	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados
Inglês técnico aplicado à agricultura	70	Vila Real	9 Maio a 3 Junho	Dirigentes/Técnicos	Pós-Laboral	Escolaridade Min. Obrig
Desenvolvimento Agrícola e Desenvolvimento Rural	14	Coimbra	13 e 14 de Maio	Dirigentes/Técnicos	Misto	Escolaridade Min. Obrig
Aconselhamento Agrícola	70	Coimbra	16 Maio a 3 Junho	Técnicos	Laboral	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados
Análise e Elab. de Proj. de Investimento	70	Viana do Castelo	1 a 30 de Junho	Técnicos	Pós-Laboral	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados
Agricultura Familiar com qualidade	7	Santarém	9 de Junho	Dirigentes/Técnicos	Laboral	Escolaridade Min. Obrig
Agricultura Biológica	35	Coimbra	20 a 24 de Junho	Técnicos	Laboral	Agentes técnicos/equiparados, Bacharéis/Licenciados

**NOTA:** AS FICHAS DE INSCRIÇÃO DEVEM SER ENVIADAS ATÉ 15 DIAS ANTES DO INÍCIO DA ACÇÃO, ACOMPANHADAS DE CURRÍCULUM E RESPECTIVOS DOCUMENTOS JUSTIFICATIVOS.

**INSCRIÇÕES:**



**CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA - CNA**  
RUA DO BRASIL, 155 - 3030 - 175 COIMBRA



239 70 89 60



**E-mail:** [form.profissional@cna.pt](mailto:form.profissional@cna.pt)

**Url:** [www.cna.pt](http://www.cna.pt)



239 71 53 70



**NOTA:** Este plano de formação encontra-se em fase de análise e aprovação por parte do MAPF (Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas) - Secretaria Geral

## Parlamento Europeu rejeitou Reforma da OCM do Açúcar

O Parlamento Europeu rejeitou no passado dia 10 de Março a proposta da Comissão Europeia para a Organização Comum de Mercado (OCM) do Açúcar, por ela prever fortes reduções nas quotas de produção dos vários Estados Membros.

Os Eurodeputados reunidos em Estrasburgo consideraram que a reforma poderia significar o fim do cultivo da beterraba e da indústria do açúcar em muitas regiões da União Europeia.

Para Portugal poderia significar o fecho das

fábricas de Coruche e dos Açores, por colocar em causa a própria viabilidade económica das mesmas que ficariam sem matéria prima suficiente.

Recorde-se que a fábrica de Coruche construída com financiamentos europeus, num total de investimento de 100 milhões de euros, já se encontra abaixo da sua capacidade produtiva. A quota de produção para Portugal continental é de apenas 70.000 Ton e a sua capacidade produtiva é de 100.000 Ton.

## CNA Participa num Seminário Europeu, no País Basco

Nos dias 19 e 20 de Março, a CNA participou em mais um Seminário Europeu para discutir “**Alianças entre produtores e consumidores**”, que se realizou em Orduña, no País Basco.

No Seminário discutiram-se as estratégias para a construção e solidificação desta aliança, tanto a nível local, como a nível global, já que, as negociações e políticas globais para o sector – encabeçadas pela Organização Mundial do Comércio e concretizadas na Política Agrícola Comum e na Farm Bill (dos EUA) – afectam e aniquilam a Agricultura Familiar nos quatro cantos do planeta.

Neste quadro, as organizações da CPE (Coordenadora Agrícola Europeia) fizeram um

balanço e definiram metas e estratégias para o futuro da Campanha Internacional, em curso, “por uma **Outra PAC**”.

Houve ainda tempo para efectuar algumas visitas a explorações agrícolas na região.

Pela CNA, participaram João Vieira e Vanda Santos.



Visita a Explorações Agrícolas no País Basco

## Reunião das Organizações Agrícolas Portuguesas com a REPER

A REPER (Representação Permanente do Governo Português, em Bruxelas) reuniu no passado dia 9 de Março com as Organizações Agrícolas Portuguesas, entre elas a CNA.

Da ordem de trabalhos constaram vários pontos de onde se destaca: Proposta de Regulamento relativo ao apoio ao Desenvolvimento Rural pelo FEADER; Proposta de Regulamento relativo ao financiamento da

PAC; Relatório sobre a execução da estratégia da U.E. para o sector florestal.

Num último ponto para diversos foi abordada a questão da seca em Portugal, tendo sido analisada a situação e discutido algumas medidas de apoio com vista a minimizar a situação.

A CNA esteve representada por Roberto Mileu.



## CNA reúne com dirigente do Movimento dos Sem Terra (MST)

*Por José Miguel*

No passado dia 3 de Março uma dirigente do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Brasil), reuniu com uma delegação da CNA em Coimbra.

A dirigente do MST, Dr<sup>a</sup> Maria Nalva Rodrigues Araujo, especialista nas áreas de formação e de educação de jovens e adultos do MST, esteve em Portugal para divulgar a grande “Marcha Nacional contra o Latifúndio” que o MST vai organizar, de 17 de Abril a 1 de Maio (chegada prevista a Brasília).

No final da reunião com a CNA realizou-se um encontro com a comunicação social. Destacamos alguns excertos das declarações da dirigente do MST, Nalva Araújo:

“... a ideia central da nossa marcha que a gente está propondo para Abril, seria denunciar para a sociedade Brasileira, o que nós consideramos a estupidez da estrutura agrária Brasileira, que ao mesmo tempo que você tem no País 800 milhões de ha de terra, tem 5 milhões de famílias sem terra.”

“... o Brasil tem latifúndios quase do tamanho de Portugal...”

“... na verdade você tem toda uma cultura de latifúndio no Brasil. As elites Brasileiras, elas demandam a terra como sinal de poder. Então, o facto de você ter grandes extensões de terra, significa você ter poder na sociedade Brasileira.

Então é uma elite que nós consideramos atrasada.”

“Essa mesma elite que é dona de terra e das grandes propriedades brasileiras, é a mesma elite que tem representantes no Congresso, que elabora as leis ... é a mesma cujos os filhos e filhas estão nos tribunais como representantes da justiça Brasileira.”

“... nós temos um Governo, hoje, que foi apoiado pelo próprio MST e todos os trabalhadores Brasileiros, que é o Lula, que é fruto da classe trabalhadora ... e a gente diz assim:

-Por que é que o Lula não faz a reforma agrária? Justamente porque o Lula governa com toda essa estrutura que já está acostumada aos 500 anos da história Brasileira...”

“Então, ao mesmo tempo que o Lula é representante dos trabalhadores, é necessário que esses mesmos trabalhadores vão para a rua para denunciar essa estrutura, para que o Lula, até se sinta apoiado para efectuar essas desapropriações e a reforma agrária...”

“É uma luta enorme ! É uma luta tensa ! É uma luta sofrida !”

(Em resposta à pergunta do que esperam da comunidade internacional)

“... primeiro, dos movimentos como a CNA e outros movimentos sociais, a gente espera a solidariedade e a divulgação naquele momento em que a gente vai estar a desenvolver a nossa luta.”

“Da comunidade internacional burguesa, nós esperamos que eles nos deixem em paz ... tipo assim ... os plantadores de eucalipto, que vão plantar eucalipto não sei onde, mas que deixem a terra para o Brasileiro produzir feijão, arroz, abóbora, mandioca ...”

“Tem um poeta Brasileiro que diz:- Quem cria os miseráveis poderá ser engolido por eles”.



## NACIONAIS

### Dia 1

A pedido da Associação dos Industriais de Tomate, realizou-se uma reunião na sede desta Associação, em Lisboa.

Roberto Mileu, Joaquim Manuel, Amândio Freitas e Avelino Antunes representaram a CNA.



### Dia 2

A FAGRORURAL deu uma Conferência de Imprensa sobre as graves consequências da Seca e da Geada na Agricultura Transmontana e Duriense.

### Dia 9 a 13

Participação da CNA, com um *stand*, na Feira, "AGRO 2005", em Braga, juntamente as Associadas locais.

### Dia 10

A ADADB – Associação de Defesa dos Agricultores do Distrito de Braga, com a colaboração da CNA, realizou, durante a Feira "AGRO 2005", um colóquio com o tema: "Desenvolvimento Rural e Reforma da PAC".

Pela CNA, participaram Armando de Carvalho, Eng<sup>o</sup> Gama Amaral e Eng<sup>o</sup> Castela.

### Dia 13

Reunião da Direcção Nacional da CNA, na sua sede, em Coimbra.



### Dia 14

Entrevista na RTP Notícias, com o Dirigente da CNA Roberto Mileu, que falou sobre a Seca e comentou as declarações do Ministro da Agricultura a propósito deste tema.

### Dia 17

Reunião com o Sr. Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas, a pedido do mesmo, em Lisboa no MADRP.

### Dia 22

Participação no Seminário "Aprender com a Seca deste ano. Preparação para as secas e mitigação dos seus efeitos". A iniciativa foi promovida pela Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos e foi realizada em Beja.

Pela CNA estiveram presentes Mário Eugénio e Manuel Ribeiro.



## FICHA TÉCNICA

Editor: Confederação Nacional da Agricultura – CNA • Morada: Rua do Brasil, 155 – 3030-175 COIMBRA • Telefone: 00351 239 70 89 60  
 Fax: 00351 239 71 53 70 • E-mail: cna@cna.pt • URL: www.cna.pt • Director: Joaquim Casimiro • Director-Adjunto: João Dinis • Coordenador dos Serviços Agro-Rurais: Roberto Mileu • Coordenador Executivo: José Miguel • Recolha e Organização de Textos: Sílvia Ferreira Borges • Fotos: Arquivo da CNA • Redactores do Caderno Técnico: Inês Amaro • Colaboradores neste número: Vanda Santos e Cristina Branco • Periodicidade: Bimestral • Tiragem: 10 000 exemplares • Depósito legal: 180302/02 • Composição, Fitolitos e Impressão: AT-Loja Gráfica